

## AS RELAÇÕES BRASIL-ÍNDIA: A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

### BRAZIL-INDIA RELATIONS: SOUTH-SOUTH COOPERATION IN THE BRAZILIAN FOREIGN POLICY AGENDA

**Betina Thomaz Sauter**<sup>1</sup>

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil  
Instituto Sul Americano de Política e Estratégia (ISAPE)

**João Henrique Salles Jung**<sup>23</sup>

Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil  
Instituto Sul Americano de Política e Estratégia (ISAPE)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é explorar a dimensão das relações entre Brasil e Índia, pois os laços entre estes países não são óbvios e as relações bilaterais são geralmente subexploradas nos círculos acadêmicos e políticos, em grande parte, porque foram pouco relevantes até recentemente. Para tanto, utilizam-se os conceitos de potência média e de paradigma em política externa para facilitar o entendimento das características destes países, assim como as perspectivas de seu relacionamento dado o atual contexto político brasileiro. Sendo assim, o artigo divide-se em: entender a evolução da política entre Brasil e Índia; descrever suas relações bilaterais; descrever suas relações multilaterais; e por fim, são apresentadas as considerações sobre a relação e suas perspectivas.

**Palavras-chave:** Política Externa. Brasil. Índia. Cooperação Sul-Sul.

**Abstract:** This paper aims to explore the dimension of Brazil and India relationship, since the ties between these countries are not obvious and bilateral relations are generally under-exploited in academic and political circles, largely because they were not much relevant until recently. To this end, we use the concepts of medium power and foreign policy paradigm to facilitate the understanding of the characteristics of these countries, as well as the perspectives of their relationship given the current Brazilian political context. Thus, the article is divided into: understanding the evolution of politics between Brazil and India; describing their bilateral relationship; describing their multilateral relations; and finally, considerations about the relationship and its perspectives are presented.

**Key-words:** Foreign policy. Brazil. India. South-South Cooperation.

**Recebido:** 27/12/2019

---

<sup>1</sup> betina.sauter@gmail.com

<sup>2</sup> joaojung@outlook.com

<sup>3</sup> Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Aprovado:** 27/04/2020

### **Considerações iniciais**

A relação entre o Brasil e a Índia destaca-se tanto em termos multilaterais quanto bilaterais. No entanto, dado que ambos são separados por três oceanos e dois hemisférios, a única história que tinham em comum era o resultado fortuito de intrépidas viagens de navegadores portugueses em suas caravelas cinco séculos atrás. Mesmo assim, ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram algumas interações entre os países, tomando posições análogas nos fóruns multilaterais em campos como da energia nuclear e da agricultura, mas acima de tudo, reconhecendo-se mutuamente como países subdesenvolvidos de grande relevância regional. Contudo, é somente após o fim da Guerra Fria, tendo em vista a crescente importância das iniciativas regionais e o consequente impulso nas relações multivetoriais que levaram à constituição da cooperação Sul-Sul, que Brasil e Índia passam a se tratar como parceiros estratégicos.

Os laços entre os dois países não são óbvios; as relações bilaterais foram subexploradas nos círculos acadêmicos e políticos, em grande parte porque elas ocupavam baixo grau de relevância até o fim do século XX. No Brasil, a decisão do governo Lula de intensificar os laços com a Índia atraiu muitas críticas. A maioria apontou que os fracos vínculos comerciais entre os dois não justificariam uma aliança política, em uma leitura da política externa brasileira que tem sido tradicionalmente ditada pelos vínculos comerciais. As principais críticas à política externa do Governo Lula no setor econômico/comercial vêm dos embaixadores Paulo Roberto de Almeida (2011) e Luís Felipe Lampreia (2010). A questão da Índia é abordada por estes em termos da não complementaridade das pautas de importação/exportação. Sobre críticas no âmbito multilateral, com enfoque às tratativas na OMC (RICUPERO, 2010).

O então presidente Lula, entretanto, imaginou uma aliança política como ponto de partida, a partir da qual as relações comerciais seriam sistematicamente fomentadas. Dessa forma, o objetivo deste artigo é justamente explorar como a dimensão multilateral das relações entre Brasil e Índia impactam as relações bilaterais, com foco no âmbito comercial.

Para tanto, utiliza-se como plano de fundo do estudo o conceito de potência média de Sennes (2003), em que as potências deste tipo tendem a atuar nos fóruns multilaterais e a suportar instituições internacionais. Em vez de estabelecer relações bilaterais que envolvam

grandes potências, os países que se encaixam em tal escopo buscam alianças e ações coletivas para viabilizar o acúmulo de poder necessário para se fazer presente no cenário internacional. Outro elemento relevante para a análise, também trabalhado pelo mesmo autor, é a matriz da política externa que diz respeito ao conjunto de percepções, perspectivas, estratégias e valores que norteiam a política externa de um país durante períodos que superam os mandatos presidenciais, assim, perpassando governos e se consolidando como uma linha condutora de pensamento e ação externa nacionais (SENNES, 2003).

Esta última concepção é trabalhada de maneira similar por Cervo (2008) quando este utiliza o conceito de paradigma em política exterior. Essa noção, emprestada da filosofia da ciência por meio da obra de Kuhn (1970), *The structure of scientific revolution*, tem em política externa a função de apontar clivagens estruturais. Na história da política externa brasileira, essas clivagens estruturais são bem visualizadas por meio dos paradigmas presentes na obra de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2014), que consolidam uma linha condutora de pensamento e ação externa nacionais para além do escopo ideológico ou de um mandato. Conforme Cervo (2008), os paradigmas para se compreender a política externa brasileira são quatro: (i) o liberal-conservador; (ii) o desenvolvimentista; (iii) o normal e (iv) o logístico. Tais paradigmas se estruturam, ainda, sob dois grandes eixos: i) o associativista e o ii) autonomista no cenário internacional.

Dessa forma, o paradigma da política externa é útil, não apenas para avaliar os momentos históricos da diplomacia, mas de todo o planejamento nacional ao longo dos anos e seus efeitos tanto no desenvolvimento econômico quanto político interno e externo. Esta perspectiva ajuda a entender a partir do Brasil, como se construíram as relações entre o país com a Índia, em especial no âmbito multilateral e depois como houve espaço com esta aliança política para fomentar as relações comerciais bilaterais. Logo, a hipótese apontada por este trabalho é que a clivagem paradigmática iniciada no segundo mandato do governo Cardoso, como considerado por Silva (2009; 2018), teve impacto no desenvolvimento das relações comerciais dos dois países, levadas adiante nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda, levanta-se uma hipótese dependente, a de que houve o desenho de uma nova clivagem paradigmática a partir do governo de Michel Temer (JUNG et al., 2018), que no governo Jair Bolsonaro assume sua concretude e lança as relações Brasil-Índia sobre uma nova perspectiva de análise.

Assim, para realizar o empreendimento deste estudo, o artigo encontra-se dividido da seguinte maneira: na primeira seção procuram-se apresentar os elementos constitutivos da relação política entre o Brasil e a Índia, com principal atenção às relações diplomáticas entre os dois países e às visitas de alto nível; na segunda seção, faz-se uma descrição das relações comerciais entre os dois países, que ainda continuam pequenas comparadas com o comércio geral de ambos, mas que tiveram um aumento considerável a partir de 2006; na terceira seção trabalha-se com a relação em âmbito multilateral, no processo de revitalização da diplomacia Sul-Sul nos assuntos mundiais; e, na última seção, são apresentadas considerações em relação a situação atual do Brasil para o relacionamento entre Brasil e Índia.

### **1. A evolução das relações diplomáticas entre Índia e Brasil**

Sahni (2015) auxilia na compreensão do relacionamento bilateral por meio da divisão da história geral das relações da Índia com a América Latina em três fases: um conhecido distante do final dos anos 1940 até o início dos anos 1960; a solidariedade retórica de meados dos anos 1960 até o final dos anos 1990, principalmente em fóruns multilaterais; e o engajamento estratégico do final dos anos de 1990 em diante. Nas primeiras duas fases da relação da Índia com a América Latina (1947-1964 e 1964-1998), o continente foi amplamente marginalizado pela Índia e sua relação com os países da região não foram significativas. A única exceção nesse contexto foi o Brasil, que desempenhou um papel na discussão da libertação de Goa do domínio colonial português. Na fase mais recente, o Brasil também é o país que se destaca como o principal parceiro da Índia na região.

Assim sendo, embora as relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia tenham sido estabelecidas no final da década de 1940, com a abertura da embaixada indiana no Rio de Janeiro no ano de 1948 (transferida para Brasília em 1971) e da embaixada brasileira em Nova Délhi no ano de 1949, a interação entre os dois países permaneceu baixa. A única visita de alto nível de ambos os lados nas duas primeiras décadas de relações diplomáticas foi a do vice-presidente indiano Sarvapalli Radhakrishnan em 1954 ao Brasil. Isso porque, nesse período, os esforços da Índia para descolonizar Goa e outros enclaves portugueses no subcontinente levaram a graves tensões diplomáticas com o Brasil, que até 1961 apoiou Portugal; postura condenada pelo governo indiano.

Saliente-se que a presença portuguesa em Goa encontrou uma crescente oposição dentro da Índia, a qual foi respondida com uma grande repressão do governo colonial. Como uma reação a essa situação, o governo indiano lançou a Operação Vijay em dezembro de 1961 para a libertação da região do domínio colonial. O breve conflito atraiu uma mistura de elogios e condenações em todo o mundo; o Ocidente apoiou Portugal, dada a importância da aliança com o governo de Salazar na Guerra Fria, e a União Soviética apoiou a Índia (MCGARR, 2013).

Ainda assim, quando as forças de defesa indianas subjugarão a resistência portuguesa, nosso governo e a imprensa brasileira criticaram duramente a Índia. O episódio complicou significativamente os laços, especialmente porque a campanha para integrar Goa ao território indiano era imensamente popular na Índia (SAHNI, 2015; FURTADO, 2008).

Dado o episódio, os laços entre o Brasil e a Índia permaneceram pouco significantes durante a maior parte da Guerra Fria, com a exceção da convergência de visões a respeito da questão nuclear no âmbito multilateral (JUNG, 2016) e do status semelhante de potências médias frente a comunidade internacional (SENNES, 2003). Ademais, a região da América Latina, incluindo o Brasil, ocupava papel ainda marginal no radar diplomático ou econômico da Índia (SAHNI, 2015), o qual estava voltado para o movimento afro-asiático e questões econômica internas.

Durante as duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, não houve um único acordo comercial entre os dois países. Não mais de 20 vistos indianos foram emitidos para brasileiros anualmente até 1960, a maioria deles para diplomatas (FURTADO, 2008). Além disso, durante esse período, os obstáculos bilaterais foram aumentados dada a lógica bipolar e a respectiva proximidade do Brasil com os Estados Unidos e da Índia com a União Soviética (HIRST, 2008).

A segunda visita de alto nível entre os dois países foi feita pela primeira-ministra indiana Indira Gandhi em 1968. No entanto, apesar da visita ter se traduzido em maior impulso para as relações bilaterais e ter sido retribuída no mesmo ano pelo chanceler Magalhães Pinto a Nova Déli, a crise sistêmica que teve início em 1973 fez com que o Brasil e a Índia retrocedessem à introspecção. Até meados da década de 1980, o caminho a seguir foi o do desenvolvimentismo clássico, pautado pela substituição de importações e pelo estímulo a setores estratégicos (NUNES & MONTEIRO, 2018). Entretanto, o Brasil e a Índia já se

alinhavam durante as negociações comerciais do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), incorporado à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995.

De todo modo, o ex-chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia aponta que esse alinhamento foi muitas vezes espontâneo, coincidente e não planejado (LAMPREIA, 1998). Dez anos depois, a Índia extraoficialmente convidou o Brasil a se tornar um membro pleno do Movimento dos Países Não-Alinhados (NAM), mas o Brasil declinou e preferiu permanecer como observador (VIEIRA, 2007; STUENKEL, 2010).

Assim, até o início dos anos 1990, os entendimentos eram motivados principalmente por posições compartilhadas com outros países nas arenas multilaterais, particularmente aquelas que lidam com questões econômicas (SAHNI, 2015; HIRST, 2008).

A tendência introspectiva seria reforçada ainda mais em resposta à intensa e abrupta ruptura representada pelo fim da Guerra Fria e da ordem do pós-Guerra. Se, por um lado, o colapso da URSS e da bipolaridade libertaram o Brasil e a Índia da rigidez que marcava o tabuleiro em que atuavam, obrigou ambos a repensarem modelos de desenvolvimento e de inserção internacional. Tal conjuntura levou, em um primeiro momento, o Brasil a assinar o Tratado de Assunção em 1991, visando à criação de um Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e, no mesmo ano, a Índia a iniciar sua política *Look East*, com objetivo de fortalecer laços econômicos e estratégicos com o Sudeste Asiático. Ambas as orientações se pautavam pela mesma leitura: a de que era necessário consolidar um papel regional como plataforma para a atuação externa (NUNES & MONTEIRO, 2018).

Contudo, o fim da Guerra Fria também trouxe mudanças que permitiram que o Brasil e a Índia tivessem um novo começo. A Índia passou por um processo de abertura econômica para se integrar ao mercado mundial no início dos anos de 1990. O Brasil, de maneira semelhante, liberalizou a economia e pragmaticamente decidiu diversificar suas parcerias no mesmo período (DAS, 1994). O presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) não abandonou os aliados tradicionais na Europa e na América do Norte, mas articulou e implementou cuidadosamente uma estratégia que envolveu laços mais fortes com outros países em desenvolvimento, como a Índia (VIEIRA, 2007; STUENKEL, 2010). Como consequência, as relações bilaterais aumentaram gradualmente a partir dos anos 1990, levando o Primeiro Ministro da Índia P. V. Narasimha Rao a visitar o Brasil em 1992 e o Presidente K. R. Narayanan a repetir o feito em 1998. Entre essas duas visitas, o Presidente Cardoso visitou

a Índia em 1996, e na sequência os contatos de Nova Déli com Brasília expandiram-se, com resultados concretos na cooperação comercial, científica e cultural (SAHNI, 2015).

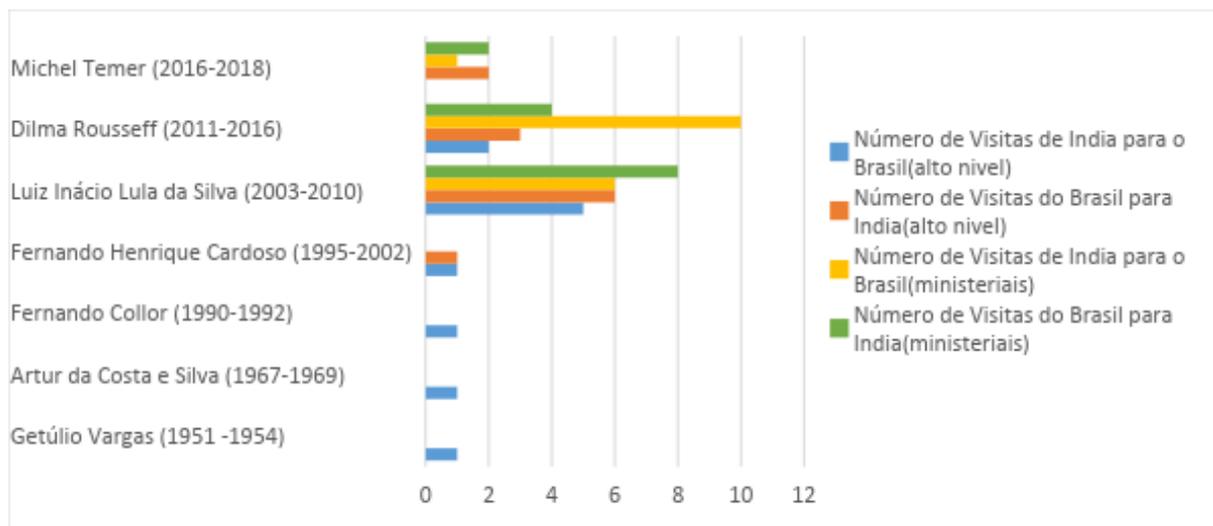
O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) deu continuidade ao trabalho preparatório de seu antecessor Cardoso e procurou institucionalizar os laços Brasil-Índia em 2003, quando os dois países lideraram o mundo em desenvolvimento durante as negociações comerciais em Cancun e formaram o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Um pouco depois, o Brasil e a Índia aderiram ao G4 (formado pela Índia, Brasil, Japão e Alemanha), que formalizou uma proposta para entrar no Conselho de Segurança da ONU, criada em 1947, uma estratégia até então fracassada, mas que mostra uma certa unidade política. Os laços entre ambos os países sofreram um momento de tensão após a assinatura do acordo nuclear EUA-Índia de 2005, no qual os Estados Unidos reconheceram a Índia como uma potência nuclear. No entanto, o Presidente Lula continuou seu projeto para fortalecer os laços entre o Brasil e a Índia. Além disso, após o IBAS, o G20 na OMC e o G4, o rótulo BRICS (grupo composto por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) proporcionou mais uma oportunidade de engajamento (STUENKEL, 2010).

Assim, no Brasil o relacionamento assumiu uma importância crescente na política externa do Presidente Lula, como parte central de sua agenda de Cooperação Sul-Sul. As relações interestatais aprofundaram-se graças a um contínuo de visitas oficiais e a uma agenda diversificada de acordos bilaterais. Durante a visita de estado do Presidente Lula à Índia em 2004 foram assinados sete acordos que abrangem temas como usos pacíficos do espaço exterior, cooperação em pesquisa espacial, isenção de vistos para diplomatas, turismo, programas de intercâmbio cultural e educacional e o acordo de comércio preferencial entre o MERCOSUL e a Índia (SAHNI, 2015, Cap. 38). O Presidente Lula visitou a Índia três vezes em dois anos e recebeu duas das mais prestigiadas honras da Índia, o Prêmio Jawaharlal Nehru de Entendimento Internacional de 2006 e o Prêmio Indira Gandhi de Paz, Desarmamento e Desenvolvimento de 2010 (SAHNI, 2015).

### **Figura 1: Visitas de alto nível e ministeriais entre Brasil e Índia**

Fonte: EMBASSY OF INDIA, 2018. Elaboração dos autores.

Em setembro de 2006, o primeiro-ministro Manmohan Singh fez a primeira visita ao Brasil por um chefe de governo indiano em 38 anos, após houve duas outras visitas em abril de 2010



e junho de 2012. As relações Brasil-Índia alcançaram um ponto alto histórico em abril de 2010, quando o Presidente Lula e o Primeiro Ministro Manmohan Singh renovaram, em encontro bilateral em Brasília, o compromisso de seus governos com uma aliança estratégica entre os dois países (STUENKEL, 2010). A Presidente Pratibha Devisingh Patil fez uma visita de Estado ao Brasil no ano de 2008, que foi retribuída pela Presidente Dilma Rousseff em março de 2012. A interação oficial não só foi acompanhada por intensos contatos comerciais, mas também teve implicações estratégicas para ambos os países (SAHNI, 2015). Além disso, o mecanismo de realização de cúpulas multilaterais permitiu dar continuidade às visitas de alto nível, com a vinda do primeiro-ministro Narendra Modi ao Brasil em 2014 e a visita do Presidente Michel Temer à Índia em 2016 (NUNES & MONTEIRO, 2018). Sendo assim, como demonstrado na Figura 1, no intervalo de 11 anos, breve para os tempos que regem a política externa, realizam-se mais viagens de chefes de Estado e de governo do que as promovidas em toda a história progressiva das relações entre Brasil e Índia.

## 2. O intercâmbio comercial e as possibilidades de colaboração em âmbito bilateral

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Índia antes de 1991 e mais precisamente até o ano de 2000 não era significativo. Os desestímulos ao comércio bilateral entre os dois países eram muitos, dada a uma pauta comercial pouco complementar durante a década de 1980. Tanto que, o desequilíbrio comercial entre o Brasil e a Índia era considerado um dos maiores de mundo, motivos de críticas até hoje quanto às possibilidades de cooperação entre os dois países (VIEIRA, 2007).

Uma mudança por parte da Índia em relação ao Brasil que ocorre depois deste período é justificada pelas alterações radicais no fluxo comercial indiano após a queda da União Soviética, seu principal parceiro comercial na época. Diante da situação desafiadora que se apresentava, muitos dirigentes indianos passaram a ver na América Latina uma oportunidade para recuperar a perda do espaço comercial antes ocupado pelos países do bloco soviético. O Brasil, como o parceiro comercial mais importante na região, passou a receber atenção especial (HIRST, 2008).

Ademais, um conjunto de eventos ocorridos em 1998 tornaram necessário o aprofundamento real do interesse indiano nos mercados latino-americanos. O primeiro deles foi a liberação da importação de 340 produtos pelo governo indiano; o segundo, e com ainda maior impacto, deu-se na aplicação das sanções comerciais por alguns países em decorrência dos testes nucleares realizados pela Índia naquele ano.

As sanções econômicas que foram aplicadas pelos Estados Unidos, Japão, Suécia, Dinamarca, dentre outros, referiam-se basicamente ao fornecimento de material bélico e à suspensão de crédito. Entretanto, mesmo não afetando diretamente as exportações indianas, as sanções exigiriam um esforço redobrado para que não ocorressem perigosos déficits no Balanço de Pagamentos daquele país. Para o governo indiano, o impacto das sanções não deveria ser medido por sua quantificação em dólares, mas sim pelo “*negative sentiment against India in the international market*”.

Importa ressaltar que no período as trocas com a América Latina aumentaram mais de 200% em oito anos, passando de US\$ 473 milhões em 1991-1992 para US\$ 1,42 bilhão em 1998-1999, tanto que em 1997 a Índia apresentou o primeiro superávit na corrente de comércio com o Brasil (VIEIRA, 2007 p. 86). O déficit comercial do Brasil perante a Índia poderia ter se tornado ainda pior, não fosse a desvalorização do real em 1999, somada à retração da economia mundial devido à crise asiática de 1998, que arrefeceram os ânimos indianos em relação ao mercado brasileiro. A má desvalorização da moeda brasileira trouxe de volta os usuais superávits no comércio com a Índia durante o ano de 1999, mas esta vantagem logo se dissipou, os indianos saíram novamente à frente e venderam mais do que compraram do Brasil (VIEIRA, 2007).

A nova fase do relacionamento bilateral, iniciada pela visita do Presidente Fernando Henrique, teve um interregno no ano de 1999. Nesse período não houve realizações

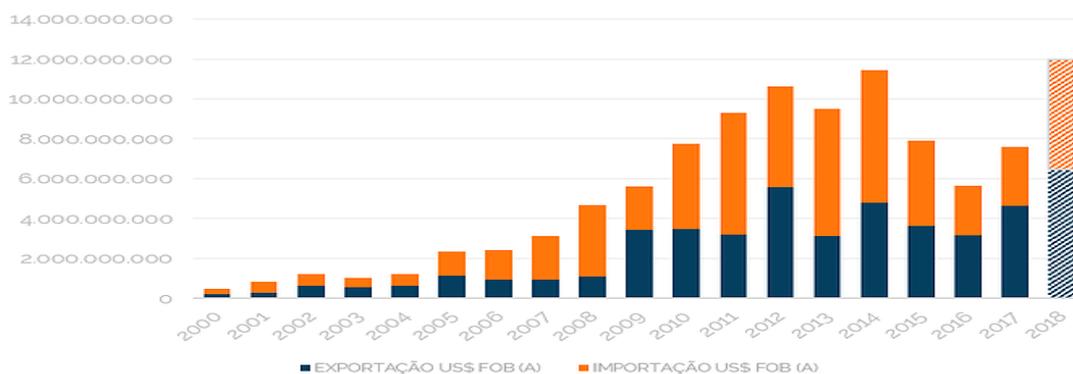
governamentais que promovessem a cooperação bilateral, sendo uma explicação possível o fato do real desvalorizado tornar o Brasil pouco atraente para os indianos. No entanto, a partir dos anos 2000 as relações comerciais entre o Brasil e a Índia alcançam um novo patamar. O incremento na corrente de comércio estimulou os indianos a investirem ainda mais nos mercados latino-americanos. Já para o Brasil, o superávit indiano na balança comercial entre os dois países representou motivo de séria preocupação, o que refletiu no aumento do número de visitas a fim de obter também o seu quinhão daquele mercado. Sendo assim, o número de visitas se intensifica, tanto de um lado, como do outro (ver Figura 1), e nos anos de 2009, 2012, 2016 e 2017 o Brasil consegue obter um superávit na balança comercial com a Índia (MDIC, 2018 s/p).

O comércio entre os dois países continua pequeno, quando comparado ao comércio geral dos dois países, além da cesta comercial permanecer confinada a produtos primários e a manufaturas menores, mas ainda assim cresceu significativamente nas últimas duas décadas. No início dos anos 1990, a Índia buscou ativamente novos parceiros comerciais, e a América Latina foi identificada como uma das regiões onde a Índia estava menos presente. Em 2004, foi assinado um acordo comercial entre o MERCOSUL e a Índia, o primeiro acordo dessa modalidade a ser celebrado pelo bloco sul-americano com país localizado fora do continente. O acordo entrou em vigor em 2009 e engloba 450 linhas tarifárias ofertadas pela Índia e 452 itens pelo MERCOSUL (MDIC, 2018 s/p). Já em 2017 ocorreu a troca da primeira lista de linhas tarifárias como um primeiro passo para ampliar a cesta de comércio para 2500 linhas cada (MEA, 2018 s/p).

Entre 2005–2006, a cesta comercial bilateral havia mudado de forma significativa, com a fabricação pesada e a engenharia de precisão se tornando componentes importantes, o que nos anos subsequentes diversificou e subiu ainda mais a cadeia de valor (VIEIRA, 2007). As relações bilaterais avançaram rapidamente e adquiriram a dimensão de uma parceria estratégica em 2006. Uma das principais características da relação foi o crescimento do comércio bilateral de US\$ 500 milhões no ano de 2000 para o ápice de US\$ 11,4 milhões em 2014 (JOSHI, 2018 p.54). Apesar da turbulência econômica global ter afetado o comércio da Índia com o Brasil em 2015-2016, juntamente com a queda dos preços das commodities e a estagnação da economia mundial, existem sinais positivos de uma recuperação já no ano de 2017. Como se pode observar na Figura 2, o intercâmbio comercial aumentou nos anos de

2017 e 2018 frente à queda anterior dos anos de 2015 e 2016, com previsões para o 2018 maiores que do ano de 2014, quando se atingiu o valor mais alto no comércio entre os dois países.

**Figura 2: Intercâmbio comercial Índia-Brasil**



Fonte: CCIB, 2018.

O ano fiscal de 2016 a 2017 foi um período em que se registrou uma queda no comércio bilateral de US\$ 7,9 bilhões em 2015 para US\$ 5,64 bilhões em 2016. Em 2016, o Brasil importou mercadorias no valor de US\$ 2,482 bilhões da Índia e exportou mercadorias no valor de US\$ 3,161 bilhões (JOSHI, 2018, p.54). Como mencionado anteriormente, este declínio, no entanto, não era específico da Índia e deve ser visto no contexto do declínio global do comércio no Brasil com todos os seus principais parceiros comerciais. As razões para a desaceleração foram complexas e variadas, com desafios internos e fatores globais externos, em que a queda global nos preços das commodities e a recessão econômica brasileira iniciada em 2015 afetaram o comércio geral do Brasil. No entanto, com ligeira recuperação da economia brasileira no ano de 2017, o comércio bilateral entre Índia e Brasil subiu para US \$ 7,6 bilhões, com crescimento de 34,71%, o maior crescimento entre os dez principais parceiros comerciais do Brasil (MEA, 2018, s/p)

A Índia foi o 11º maior parceiro comercial do Brasil em 2016 e subiu para a 8ª posição nos primeiros meses de 2017, porém a participação do Brasil no mercado indiano de exportação é de cerca de 2,6%, enquanto a participação do Brasil nas importações indianas é de cerca de 1,3% (MEA, 2018 s/p). De todo modo, além do aumento dos fluxos comerciais bilaterais, a colaboração entre Brasil e Índia é conveniente para enfrentar desafios complexos comuns que vão desde o combate à pobreza até à saúde pública e à educação universal. No

processo de ascensão econômica, os dois países aprenderam valiosas lições. Ambos pagaram antecipadamente suas dívidas do FMI e se tornaram credores. No entanto, ambos ainda enfrentam enormes desafios como milhões de cidadãos ainda vivendo abaixo da linha da pobreza e a baixa mobilidade social devido à falta de educação universal.

O conhecimento do Brasil na agricultura poderia ajudar a Índia no aumento da produtividade e no combate à pobreza rural de forma mais eficaz no país, de maneira que, no contexto da segurança alimentar, o país poderia ser de fundamental importância para a Índia – a mesma área que possibilitou a aproximação entre o Brasil e os países do continente africano. Por outro lado, a Índia poderia fornecer expertise em software ao Brasil. Outras áreas em que os dois poderiam colaborar significativamente são os programas de transferência de renda para combater a pobreza e formas de promover a mobilidade social. Além disso, o Brasil tem nas hidrelétricas sua principal matriz energética, sendo também possuidor da tecnologia do biocombustível, o que contribui para uma diversificada e relativamente limpa produção de energia. A Índia, por outro lado, precisa investir muito em sua infraestrutura energética e na área de segurança energética no geral (STUENKEL, 2010).

### **3. A cooperação em âmbito multilateral como núcleo das relações Brasil-Índia**

A seção anterior tratou das relações bilaterais, contudo, a relação entre Brasil e Índia é melhor visualizada não nesses termos, mas sim, através da perspectiva multilateral. Não que um âmbito exclua o outro; ao contrário, a dimensão multilateral é o que impulsionou a aproximação bilateral entre ambos os países. Em 1963, o chanceler brasileiro Araújo de Castro, em seu discurso de abertura da 18ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, anunciou não aceitar uma agenda internacional pautada apenas pelas preocupações das superpotências. Essa era também a visão do primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru. Ambos chegaram, por caminhos próprios, à ideia de que países em desenvolvimento deveriam ter seu papel na gestão da ordem internacional, não podendo ser reduzidos a atores secundários. E, em fins da década de 1960, a convergência conceitual e discursiva entre Castro e Nehru parecia dar os primeiros passos para a tradução de intenções em realidade (NUNES & MONTEIRO, 2018).

Na conferência da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) realizada em 1968, iniciou-se uma articulação entre os dois países em fóruns multilaterais. Esta foi reeditada nos debates que resultaram na resolução de 1974 da Assembleia Geral da

ONU (AGNU) que estabeleceu o Plano de Ação para uma Nova Ordem Econômica Mundial. Lembra-se que articulações semelhantes ocorreram na fundação do G77 em 1964, que reunia os países subdesenvolvidos, os “receptores de ajuda” que enfatizavam o caráter estrutural das desigualdades e a relação de assistência compensatória ao desenvolvimento. Além disso, o Brasil também foi membro observador do Movimento Não-Alinhado (NUNES & MONTEIRO, 2018; BESHARATI & ESTEVES, 2015).

Até o início dos anos de 1990 houve um comportamento semelhante de Brasil e Índia nos diferentes fóruns multilaterais. Na ONU, havia uma sincronicidade involuntária entre os dois países: seus votos geralmente coincidiam, estando ambos historicamente em um mesmo compasso. Outro aspecto importante das relações entre os dois países no período está relacionado ao papel de ambos nas negociações da Rodada Uruguai do GATT (1986-1994), que levou à criação da OMC em 1995 (VIEIRA, 2007).

Com o fim da Guerra Fria e o início de uma onda de multilateralismo no final da década de 1990, alguns países em desenvolvimento começaram a despender considerável esforço diplomático na construção de novas coalizões interestatais. Em contraste com o movimento terceiro mundista da década de 1970, o pragmatismo foi a característica das novas coalizões de países em desenvolvimento baseadas em estratégias coordenadas e iniciativas conjuntas para alcançar objetivos comuns e interesses compartilhados. Nesse contexto, o Brasil e a Índia começaram a manter uma unidade de abordagem perceptível e consciente em ambientes multilaterais (HIRST, 2008); surgem então novos agrupamentos nos anos 2000 e dentre os mais importantes estão o G20, o IBAS, o G4, e o BRICS, que serão abordados na sequência.

Entre 2000 e 2002, a abertura de uma nova rodada de negociações na OMC conferiu novo dinamismo ao relacionamento, que culminou na criação do G20 em 2003. A rodada de Doha, por ser a primeira no atual formato institucional, tornou-se crucial para a legitimação da OMC como uma plataforma de negociações autogovernada que visa ao estabelecimento dos padrões mundiais de comércio, mas teve seu início marcado por um clima de impasse ligado a questões anteriores da rodada Uruguai do GATT, a qual deixou para trás um legado de discrepâncias. A agenda de Doha foi composta para o desenvolvimento, e entre as muitas articulações realizadas por Brasil e Índia na rodada, o G20 é a sua maior contribuição. Isso porque, ao mesmo tempo em que centraliza as demandas de grande parte dos países em

desenvolvimento, apresenta-se como o principal interlocutor junto aos países desenvolvidos. Com a criação do G20, marco do realinhamento de forças na OMC, Brasil e Índia se tornaram líderes dos países em desenvolvimento (VIEIRA, 2007).

Assim, apesar da suspensão da rodada de negociações de Doha, Brasil e Índia têm motivos para comemorar em função do forte protagonismo adquirido, derivado de sua mediação de poder entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Entretanto, conforme Vieira (2007), caso as negociações da OMC não sejam efetivas (e até o momento não foram), os prognósticos para o futuro do comércio mundial são extremamente pessimistas. Consequências negativas, como o aumento de negociações bilaterais e até mesmo o renascimento de nacionalismos, podem somar-se à deslegitimação da OMC como uma plataforma de negociações autogovernada para o estabelecimento de padrões mundiais de comércio, que é observado hoje no cenário internacional. Ademais, como consequência desta desestabilização, a própria reforma da ONU poderia estar comprometida. Pensadores como Rubens Ricupero (2010) colocam a relação com a OMC no centro das críticas dirigidas à política externa brasileira nos tempos de Lula; segundo este, a intransigência brasileira (que se somou à indiana) foi o principal motivo para a inconclusão da rodada Doha (RICUPERO, 2010).

Outro grupo também foi formado em 2003, o IBAS. Composto por Índia, Brasil e África do Sul, democracias em desenvolvimento, importantes potências regionais, potências emergentes do ponto de vista da potencialidade de crescimento, procuraram transformar a cooperação coincidente ou mesmo episódica entre os países em uma agenda de cooperação concreta (HIRST, 2008). Além da coordenação diplomática permanente em fóruns multilaterais, o IBAS deu um impulso às relações econômicas e políticas bilaterais, e em seus primeiros anos, o agrupamento estabeleceu um novo padrão de cooperação trilateral (SAHNI, 2015).

Os países do IBAS se uniram com a intenção de promover a Cooperação Sul-Sul; advogaram pelas reformas das instituições internacionais e o melhoramento das condições dos países desenvolvidos; demonstraram um comportamento multidimensional nas coalizões de geometria variável; mostraram interessados-se em promover a redistribuição de poder e ganhar reconhecimento no sistema internacional (SILVA et al., 2016). A propósito, a geometria variável tem como característica uma política externa fluida e multidimensional,

com arranjos políticos, alianças e parcerias estratégicas flexíveis, de acordo com os atores e interesses. A multidimensionalidade ocorre com a atuação temática em vários planos (bilateral, multilateral e regional) superando os cortes usuais (Norte-Sul) para identificar estratégias de política externa, pois tanto a participação em coalizões como as parcerias estratégicas são flexíveis tematicamente (SILVA, 2015, p. 177).

A iniciativa do G4, formalizada em 2004, reúne duas potências emergentes (Brasil e Índia) e duas grandes potências derrotadas da última guerra sistêmica (Alemanha e Japão), que formalizam uma proposta para entrar no Conselho de Segurança da ONU (UNSC), uma estratégia que fracassou em 2005 devido à oposição africana, chinesa e estadunidense (STUENKEL, 2010). Isso porque os assentos permanentes do UNSC com poder de veto fazem parte da arquitetura institucional que é fortemente centrada no poder dos Estados. Atualmente, como única potência em ascensão no P-5 (China, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia), a China provavelmente continuará a invocar a eficiência institucional e insistirá em que nenhum novo assento permanente, com ou sem poder de veto, seja acrescentado ao UNSC (SAHNI, 2015). Tanto China como Rússia, apesar de também serem potências emergentes, são essencialmente potências do *status quo* relutantes em alterar um sistema que vem lhe servindo bem ao longo das últimas décadas (STUENKEL, 2017).

Nesse contexto, segundo Stuenkel (2017), o que os países emergentes originários do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, anteriores à entrada da África do Sul em 2010) teriam em comum de forma mais geral, seriam as ambições globais, um projeto global frequentemente anunciado, embora vagamente definido. É um fato que os quatro países possuem algum envolvimento no UNSC, sejam como membros permanentes ou como candidatos compromissados. A partir disso, apesar das diferenças entre os membros – contraste entre regimes políticos democráticos (Brasil e Índia) e autoritários (Rússia e China); Brasil não ser uma potência nuclear, diferentemente dos outros três; Índia não ser signatária do TNP; Índia e Brasil pressionam para haver distribuição dos poderes institucionais nas estruturas de governança global e Rússia e China relutam em alterar o sistema; relações bilaterais entre alguns países eram, em sua maior parte, insignificantes (como Brasil e Rússia); conflito territorial não resolvido entre Índia e China e esferas de interesse sobrepostas no Oceano Índico (STUENKEL, 2017) –, os países dos BRICS trabalharam para fortalecer sua cooperação.

O conceito do grupo surge em 2001, mas os encontros se iniciam em 2006 e as cúpulas anuais em 2009 serviram de pilares para sua institucionalização. Em 2014, anunciam a criação do Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS. De maneira geral, o grupo em vez de questionar os preceitos da ordem internacional, procurou um sistema multilateral em que as mesmas normas se aplicam a todos. Além disso, buscam privilégios maiores dentro do regime vigente, que os permitam abordar questões de sua agenda política (STUENKEL, 2017).

É importante notar que essas transformações produziram efeitos importantes sobre o campo da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (CID) e que alguns países do G77 se transformaram de “receptores de ajuda” em provedores. De acordo com Besharati e Esteves (2015), o grupo dos BRICS foi uma das faces mais visíveis deste processo. Estes “novos provedores” providenciaram uma variedade de fluxos de assistência ao desenvolvimento e a multiplicação de práticas de Cooperação Sul-Sul. Como consequência, o próprio conceito de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento passou a ser debatido e contestado, desestabilizando a centralidade que havia adquirido desde a década de 1970. A própria caracterização dos “novos provedores” da CID como potências, ou economias emergentes, passou a ser problemática e controversa. Os países passaram a receber menos ajuda e mais pressão para compartilhar, com os doadores tradicionais, o fardo das responsabilidades (e custos) do desenvolvimento internacional. Porém, apesar de desempenharem importante papel no desenvolvimento global, não conseguiram substituir ou diminuir os compromissos e responsabilidades assumidos pelos doadores tradicionais (BESHARATI & ESTEVES, 2015).

Além disso, tanto em termos absolutos quanto em relação a outras estruturas globais de governança, como a ONU, dependeram do tipo de papel que as potências emergentes, como o Brasil e a Índia, estariam dispostos a prestar nos problemas de governança global. Isso porque hoje o mundo está enfrentando pela primeira vez, mudanças climáticas antropogênicas, ou pela primeira vez de forma globalizada, epidemias e pandemias. Outros são problemas antigos – comércio mundial, urbanização, energia e escassez de recursos – que exigem novas abordagens e soluções, porque as abordagens antigas não funcionam mais. Uma ênfase renovada no multilateralismo poderia ser útil para encontrar novas soluções para esses problemas. Um último tipo consistiria em velhos problemas com soluções antigas, mas novos atores; uma série de questões tradicionais de segurança – rotas marítimas de comunicação,

proliferação de armas de destruição em massa, terrorismo – são relevantes e afetadas no contexto de declínio hegemônico em curso e pela transição de poder (SAHNI, 2015).

#### **4. Uma perspectiva brasileira sobre o relacionamento e a Cooperação Sul-Sul**

A partir da matriz teórico-conceitual aqui definida, melhor explicada anteriormente – com as noções de potência média (SENNES, 2003) e de paradigmas em política externa (CERVO, 2008) –, pode-se argumentar que há um momento de clivagem paradigmática no que tange a política externa brasileira a partir de Temer, como assinalado em Jung, Abreu e Keil (2018). Conforme Silva (2018), o Governo Temer já apontava mudanças nas diretrizes da inserção internacional; com o Governo Bolsonaro tal iniciativa é concretizada no recrudescimento de uma projeção exterior calcada na associação com países alinhados às propostas estadunidenses. Nessa conjuntura, a Cooperação Sul-Sul, que já vinha sofrendo desgastes e uma menor relevância no projeto de inserção internacional desde o Governo Dilma (CORNETET, 2014), agora figura como algo indesejável.

A noção de Cooperação Sul-Sul não se refere apenas a um oportunismo político-comercial explorado por países emergentes, mas faz parte de uma identificação histórica com os princípios da Conferência de Bandung (SILVA; SPOHR; DA SILVEIRA, 2016) e, respectivamente, com uma intenção de se desvencilhar do subdesenvolvimento por meio de uma ação autônoma. Logo, em termos paradigmáticos, a Cooperação Sul-Sul no Brasil só se torna um projeto dentro de uma diretriz autonomista de política externa – matriz esta que está sendo contestada atualmente no país. Dessa forma, pode-se argumentar que a Cooperação Sul-Sul não será – e já não está sendo – um canal de projeção internacional do Brasil num médio prazo, a não ser que haja alguma ruptura paradigmática antes do esperado, possivelmente ligada a uma mudança brusca no quadro político doméstico.

De acordo com Cervo e Bueno (2014), no histórico da política externa brasileira, a inserção internacional do Brasil varia entre os ciclos autonomistas e associativistas conforme os direcionamentos ideológicos do governo no poder frente ao contexto internacional da época. Nesse contexto, o acumulado diplomático brasileiro (CERVO, 2008) é composto em maior parte pelos pressupostos absorvidos dos períodos autonomistas, o que de fato é visível em uma análise historiográfica dos posicionamentos brasileiros frente ao sistema internacional, em que a maior parte da inserção internacional do Brasil foi, pelo menos na

vontade, autônoma. Entretanto, vive-se a partir do Governo Temer numa conjuntura associativista (JUNG et al., 2018), na qual os formuladores de política externa apontam os Estados Unidos e seus aliados como parceiros prioritários, relegando iniciativas multilaterais ao escopo meramente comercial e abandonando qualquer iniciativa política que vise ao desenvolvimento autônomo para uma projeção internacional mais ativa (SENNES, 2003). Sintetiza-se, assim, que no momento atual as relações bilaterais e o âmbito comercial constituem-se como as prioritárias nas relações internacionais do Brasil. Ao se lembrar da importância da dimensão multilateral para a efetivação das relações bilaterais no caso Brasil-Índia, tal estratégia pode se mostrar nociva.

Tendo em vista tais questões, dificilmente o governo Bolsonaro realizará uma nova clivagem paradigmática que retorne a algum paradigma que se encaixa no eixo autonomista. Isso porque, conforme Charles Hermann (1990), há três redirecionamentos possíveis na política externa de um país: o de programa, o de metas e o de orientação. A orientação é variável independente dos redirecionamentos, pois as metas e o programa dependem dela. Sendo assim, dificilmente ocorre um redirecionamento internacional sem que haja uma grande mudança política doméstica. No Brasil, apesar da resistência do Itamaraty frente a determinados direcionamentos propostos pelo chanceler Ernesto Araújo, a burocracia formuladora da política externa e a cúpula do governo estão alinhadas aos Estados Unidos; questão facilmente vislumbrada nos discursos e ações do governo perante a comunidade internacional. Ademais, a orientação externa do atual governo encontra-se diretamente ligada ao seu projeto ideológico como um todo, o que resulta num improvável redirecionamento na política externa ao longo do mandato de Jair Bolsonaro. Com isso, ou muda-se o governo, ou muda-se o formato das relações internacionais brasileiras.

Este contexto é diferente dos anos de 1990, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso reorientou a política externa do país (SILVA, 2009), que consideramos neste trabalho uma clivagem paradigmática que transitou do eixo associativista ao autonomista (VIGEVANI et al., 2003). O Presidente Cardoso chegou ao poder como sucessor natural de Itamar Franco após seu protagonismo como Ministro da Fazenda no bem-sucedido Plano Real, sendo um governo de continuidade que não necessitou se legitimar através de apelos ideológicos. Desta forma, a base da política externa de seu governo não tinha uma conotação ideológica que

seguia o projeto discursivo do seu governo; fato diametralmente diferente na realidade do governo Bolsonaro.

Antes foi possível rever a orientação da política externa sem necessariamente alterar o projeto e o discurso do governo como um todo; agora não. Uma reorientação na política externa de Bolsonaro prescinde de uma nova orientação ideológica generalizada, algo que provavelmente não ocorrerá devido à opinião dos eleitores e apoiadores de seu governo, que chegou ao poder com um discurso que se opunha às diretrizes governamentais anteriores, e no que tange à política externa, reside aí justamente a questão da Cooperação Sul-Sul. Denunciada pelos quadros burocráticos e políticos que se encontram em parte da direita brasileira, bem representada pelo embaixador Paulo Roberto de Almeida (2004), a Cooperação Sul-Sul era – e é – vista como um mecanismo ideológico de governos esquerdistas que pretendem fomentar uma ordem internacional diversa daquela de matriz euro-estadunidense. Não enxergam qualidades em um projeto multilateral com demais países de posição internacional similar (WILSON, 2015).

Se considerarmos o caso do Brasil e suas perspectivas políticas, apesar da Cooperação Sul-Sul ter sido uma marca registrada do governo Lula e de ter existido uma expectativa de que sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016), desse continuidade ao programa, não houve a capacidade de mantê-lo em um patamar elevado (CORNETET, 2014). Isso porque, além de um esgotamento do ativismo diplomático e da crise nas negociações multilaterais, ocorreu no país uma crise interna política e econômica que fragilizou a matriz e o paradigma da política externa brasileira iniciados no governo Cardoso (SILVA, 2009; 2018); o impeachment da presidenta foi o desenlace natural da crise política. O governo de Michel Temer (2016-2018) assume no auge da crise política e propõe uma agenda de “desengajamento estratégico” (SILVA, 2018). Nesse sentido, Temer parece ser um governo de transição a uma nova matriz e a um novo paradigma de política externa (JUNG, KEIL& ABREU, 2018) que se encaminham no contexto das propostas do então presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro.

No que tange à perspectiva brasileira em relação à Índia, a vontade de investir no relacionamento depende da importância que os dois países supostamente se atribuem e os rumos dados a Cooperação Sul-Sul pelos seus governos. A visita realizada pelo Presidente Bolsonaro à Índia no início de 2020 pareceu ser uma tentativa de manter bons laços com um país do qual os Estados Unidos têm tentado se aproximar cada vez mais. Logo, a questão

central do argumento aqui não é um julgamento de intenções, mas sim, uma análise sobre a viabilidade estratégica de uma relação entre Brasil e Índia que não seja pautada a partir do âmbito multilateral, que é o contexto que está se desenhando atualmente.

Os encaminhamentos dos governos brasileiros mais recentes contradizem uma política externa de potência média, trazendo agora características de desengajamento multilateral em prol de acordos bilaterais; o que se mostra um contrassenso. Esta situação pode comprometer o relacionamento entre o Brasil e a Índia, principalmente porque sua relação se dá de maneira mais forte em âmbito multilateral e não no bilateral. Ademais, o âmbito multilateral fomentou um espaço para as suas relações bilaterais, principalmente comerciais, que podem sair também prejudicadas pelo associativismo brasileiro recente. De maneira geral, o Brasil parece não possuir mais a vontade necessária colocada por Sennes (2003) como essencial na busca de alianças e de ações coletivas para viabilizar o acúmulo de capacidades necessárias para se fazer presente no cenário internacional.

### **Considerações Finais**

Apesar da relação entre Brasil e Índia ter formalmente iniciado em 1948, seu relacionamento não teve relevância até o fim da Guerra Fria. O Brasil desempenhou um papel na discussão da libertação no domínio português de Goa na Índia, episódio que complicou significativamente seus laços. Ademais, a América Latina estava fora do radar indiano no período e a lógica bipolar acabava por aproximar o Brasil dos Estados Unidos e a Índia da União Soviética. O que acaba por aproximar os dois países no período é o comportamento expresso pelo conceito de potências médias de Sennes (2003), em que nos anos 1980 ambos participavam ativamente de fóruns multilaterais, principalmente em temas econômicos, não se envolvendo muito em confrontos de cunho político entre o Norte e Sul. Ademais, procuram maior autonomia dos Estados Unidos ao aumentar o número de relações com outros países e maximizar sua influência regional. No entanto, esta aproximação ocorre em âmbitos dos fóruns não por algo planejado, mas pelas próprias características dos países como potências médias.

No Brasil, o relacionamento assumiu uma importância crescente na política externa do Presidente Lula, apesar de ter sido representativa já no governo Cardoso, como parte central de sua agenda cooperativa Sul-Sul. As relações interestatais aprofundaram-se graças a um contínuo de visitas oficiais e a uma agenda diversificada de acordos bilaterais. A Índia e o

Brasil, neste período, compartilharam uma relação multilateral a qual fortaleceu seus laços no nível bilateral, principalmente frente a sua interação comercial; isto é, a cooperação política reforçou e fortaleceu a cooperação econômica entre os dois países. É notável que o comércio bilateral em específico, apesar de continuar pequeno quando comparado ao comércio geral de ambos, avançou rapidamente e adquiriu uma dimensão de parceria estratégica. Atualmente, o Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina, mas ainda há muito a ser explorado no campo das relações bilaterais, principalmente nos setores alimentar e energético.

A partir do final da década de 1990, ambos os países assumiram um papel de liderança no processo de revitalização da diplomacia Sul-Sul no âmbito internacional. Embora essa nova onda de politização possa parecer trazer de volta objetivos e posturas expressas pelo mundo em desenvolvimento nos anos 1970, ela é expressa em um novo tipo de configuração da construção da coalizão interativa chamada por Silva (2015) de estratégia de geometria variável. Essa tem como característica uma política externa fluida e multidimensional, com arranjos políticos, alianças e parcerias estratégicas flexíveis, de acordo com os atores e interesses, superando cortes Norte-Sul a partir de temáticas comuns, em que as relações entre Brasil e Índia fortalecem seus laços, principalmente em âmbito multilateral, com o IBAS, o G20 na OMC e o G4 no Conselho de Segurança da ONU, e por fim, com BRICS, a formalização de suas intuições.

Nota-se, contudo, que, apesar de ambos terem cooperado ativamente ao longo dos anos para moldar resultados positivos conforme seus interesses em organizações multilaterais, existe um limite próprio da atuação das potências médias no comprometimento com a ordem global e regional. Isso se estende à capacidade de ofertar bens públicos e fomentar uma nova ordem, observada neste trabalho principalmente na atuação dos “novos provedores”. O Brasil e a Índia, de maneira geral, foram capazes de impedir a imposição da agenda que não lhes interessava, mas não tiveram condições de impor uma nova ordem. O resultado foi o impasse e a paralisia do multilateralismo e de diversos temas da ordem internacional, como a iniciativa do G4 e as questões da OMC. Desse modo, existe um limite para o que uma potência média pode realizar em âmbito internacional, ao ponto que o próprio sistema acaba por colocá-la em seu lugar.

Como resultado disso, a Cooperação Sul-Sul, ferramenta com a qual as potências médias podem unir esforços em vias de ganhar maior poder de barganha frente à comunidade

internacional – e força motriz das relações entre Brasil e Índia – é vista com pouco entusiasmo pelo atual governo. A conclusão lógica deste contexto é o esfriamento das ações conjuntas entre os dois países, questão que já pode ser percebida a partir da última Reunião de Cúpula do G20, ocorrida em 2019, na qual China, Rússia e Índia se reuniram sem o Brasil. Chama atenção também que a cúpula dos BRICS, realizada no Brasil nesse mesmo ano, teve poucos posicionamentos do grupo em âmbito multilateral. Dessa forma, o Brasil opta agora pelas relações bilaterais com ênfase no eixo euro-estadunidense, sendo possível encaixá-las no eixo associativista que se dirige a um paradigma que passa a ser desenhado a partir do Governo Temer e continuado com o Governo Bolsonaro.

### Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2004) Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 47 (1): 162-184.

\_\_\_\_\_. (2011) A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação. **Revista Política Externa**, 20 (3): 95-114.

BESHARATI, Neissan; ESTEVES, Paulo. (2015) Os BRICS, a cooperação sul-sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional. **Contexto Internacional**, 37 (1): 289-330.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (2018). **Acordo Brasil-Índia**, publicado em [<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1831-acordos-mercosul-india>] Disponibilidade: 05/12/2018.

CCIB - Câmara de Comércio Brasil Índia. (2018) **Relação Índia-Brasil**, publicado em [<https://www.indiabrazilchamber.org/relacao-india-brasil>]. Disponibilidade: 05/12/2018.

CERVO, Amado L. (2008) **Inserção Internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. (2014) **História da Política Exterior do Brasil**. Ed. rev.ampl. Brasília: Universidade de Brasília.

CORNETET, João Marcelo Conte. (2014) A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, 5 (24): 111-150.

DAS, Arvind N. (1994) Brazil and India: comparing notes on liberalization. **Economic and Political Weekly**, 29 (8): 416-419.

EMBASSY OF INDIA. (2018) **India-Brazil Relations**, publicado em [[https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Brief\\_dec\\_2018.pdf](https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Brief_dec_2018.pdf)]. Disponibilidade: 05/12/2018.

FURTADO, Rafael A. (2008) **Relações Brasil-Índia (1947-1964): a Descolonização dos Enclaves Portugueses**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Instituto de Relações da Universidade de Brasília (Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa).

HERMANN, C. F. (1990) When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, 34 (1): 3-21.

HIRST, Mônica. (2008) Brazil-India relations: a reciprocal learning process. **South Asian Survey**, 15 (1): 143-64.

JOSHI, Abhilasha. (2018) India-Brazil commercial relations. In EMBASSY OF INDIA (Org.). **India-Brazil diplomatic relations (1948-2017)**. Brasília: Funag, 55-66.

JUNG, João Henrique S. (2016) Os condicionamentos externos ao programa nuclear brasileiro: do Tratado de Tlatelolco à adesão ao TNP. **Anais do III Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos**, 1 (1): 34-48.

JUNG, João Henrique; ABREU, Vitória de Souza; KEIL, Lucas Colombo. (2018) Clivagem paradigmática na Política Externa Brasileira: os fóruns multilaterais enquanto indicadores de novos rumos no Governo Temer. **Século XXI: Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, 9 (2): 1-16.

KUHN, Thomas. (1970) **The Structure of Scientific Revolutions**. 2nd. ed. Chicago: University Press.

LAMPREIA, Luís F. (1998) Liderança em Desenvolvimento. **Estado de São Paulo**, 03 maio.

\_\_\_\_\_. (2010) **O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional**. Rio de Janeiro: Objetiva.

MEA. (2018) **India-Brazil Relations**. 2018, publicado em [[https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/India\\_Brazil\\_brief.pdf](https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/India_Brazil_brief.pdf)]. Disponibilidade: 02/12/2018.

MCGARR, Paul M. (2013) **The Cold War in South Asia: Britain, the United States and the Indian subcontinent, 1945-1965**. New York: Cambridge University Press.

NUNES, Tovar da S; MONTEIRO, Krishna M. (2018) Seventy years of a new perspective. In EMBASSY OF INDIA (Org.). **India-Brazil diplomatic relations (1948-2017)**. Brasília: Funag, 13-26.

RICUPERO, Rubens. (2010) À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. **Novos Estudos – Cebrap**, (87): 35-58.

SAHNI, Varun. (2015) Brazil: fellow traveler on the long and winding road to grandeza. *In* MALONE, David M.; MOHAN, Raja C.; RAGHAVAN, Srinath (Ed.). **The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy**. Oxford: University Press, Cap. 38.

SENNES, Ricardo. (2003) **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SILVA, André L. R. (2009) **Do otimismo liberal à globalização assimétrica**: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Curitiba: Juruá.

\_\_\_\_\_. (2015). Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, 37 (1): 143-184.

\_\_\_\_\_. (2018). **As transformações da política externa brasileira no governo Dilma Rousseff**: Identificando condicionantes e prioridades regionais e globais. Trabalho apresentado na LASA, Barcelona, maio. Palestra.

SILVA, André L. R; SPOHR, Alexandre P; DA SILVEIRA, Isadora L. (2016) From Bandung to Brasilia: IBSA and the political lineage of South-South cooperation. **South African Journal of International Affairs**, 23: 167-184.

STUENKEL, Oliver. (2010) The case for stronger Brazil-India relations. **Indian Foreign Affairs Journal**, 5 (3): 290-304.

\_\_\_\_\_. (2017). **BRICS e o future da ordem global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIEIRA, Maíra B. B (2007). **Relações Brasil Índia (1991-2006)**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Orientador: Prof. Dr. Marco Cepik).

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. (2003) Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, 15 (2): 31-61.

WILSON, Jeffrey D. (2015) Resource Powers? Minerals, Energy and the rise of the BRICS. **Third World Quarterly**, 36 (2): 223-239.